

PROJETO DE LEI n.º 06119

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar financiamento junto à União, por meio da Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências correlatas.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contrair e garantir financiamento junto à União, através da Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), obedecidas as demais prescrições legais à contratação de operações da espécie, em especial a Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 e a Resolução n. 4.589/2017 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Parágrafo único. Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo são provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM).

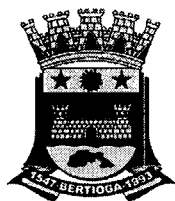
Art. 2º Para garantia do principal e encargos do financiamento, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou transferir a União, em caráter irrevogável e irretratável, a título pró solvendo, os créditos provenientes das receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b”, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Parágrafo único. O procedimento autorizado no caput deste artigo somente poderá ser adotado na hipótese de inadimplemento, no vencimento, das obrigações pactuadas pelo Poder Executivo Municipal, ficando a Caixa Econômica Federal autorizada a requerer, em nome da União, a transferência dos referidos recursos para quitação do débito.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito serão consignados como receita no Orçamento do Município ou em Créditos Adicionais, nos termos do inciso II, § 1º, art. 32 da Lei Complementar n. 101/2000.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 4º O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do Município no Projeto e das despesas relativas à amortização da principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.



Prefeitura do Município de Bertiooga

Estado de São Paulo

Estância Balnearia

Folhas 03

Proc. 131/14

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bertiooga, 07 de março de 2019. (PA n. 829/2019)



Eng.º Caio Matheus
Prefeito do Município



MENSAGEM EXPLICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bertioga:

Pela presente Exposição de Motivos encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis o Projeto de Lei que “***Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar financiamento junto à União, por meio da Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências correlatas***”, pelos seguintes motivos:

Este projeto de lei tem como finalidade autorizar a adesão do nosso Município ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFM III).

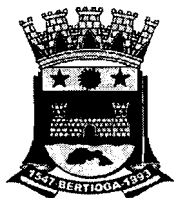
O Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM, faz parte da estratégia do governo federal para a consolidação e o aperfeiçoamento do pacto federativo constitucional.

Os resultados esperados são: integrar a administração financeira, aperfeiçoar o controle do cumprimento das obrigações tributárias, habilitar as prefeituras para o melhor exercício das funções de educação tributária e consciência fiscal, introduzir modelo de gestão com foco na sociedade, implantar métodos e instrumentos de planejamento e de elaboração do orçamento municipal, e instituir uma política abrangente e transparente de recursos humanos.

Assim, nos termos do artigo 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, que dispõe ser necessária a expressa autorização para a contratação, bem como nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, que dispõe sobre a concessão da contragarantia exigida pela União, encaminhamos o presente projeto de lei para a contratação de operação de crédito para a execução do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFM III), que viabilizará ações de fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pela gestão administrativa e fiscal do Município, buscando assegurar estabilidade macroeconômica e equilíbrio fiscal, por intermédio de política pública transparente e eficiente na gestão da receita e do gasto público.

Diante do exposto, solicitamos aos Nobres Vereadores a discussão e votação do presente projeto de lei com a reconhecida competência que pautam os atos deste Egrégio Poder Legislativo.

Eng.º Caio Matheus



Prefeitura do Município de Bertiooga

Estado de São Paulo

Estância Balnearia

Folhas 05
Proc. 131/19

Bertiooga, 07 de março de 2019.

OFÍCIO N. 085/2019 – SG
Processo Administrativo n. 829/19
(mencionar esta referência)

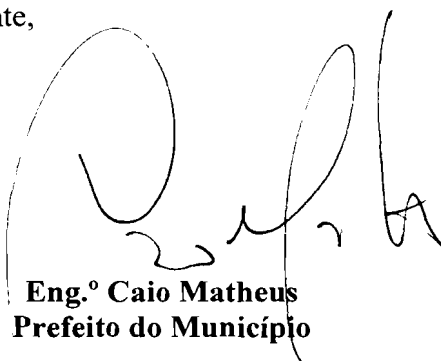
CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA

Protocolo 282
Data 08 / 03 / 2019
Hora 16.53
Funcionário B. S. S. S.

Excelentíssimo Senhor,

Com os nossos cordiais cumprimentos e reiterando os protestos de estima e consideração, servimo-nos do presente para encaminhar a esta Egrégia Casa de Leis, para apreciação e votação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei que ***“Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar financiamento junto à União, por meio da Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências correlatas”***.

Atenciosamente,



Eng.º Caio Matheus
Prefeito do Município

Ao Excelentíssimo Vereador
LUÍS HENRIQUE CAPELLINI
Presidente da Câmara Municipal de Bertiooga